



Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2022, a RGE cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 3,1 milhões de clientes, em 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 8,9% em relação ao exercício de 2021. Destaca-se a classe Industrial, que registrou uma redução de 9,1% ante 2021, devido ao aumento da migração dos clientes para o mercado livre e a migração das permissionárias.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Isso levou à forte redução das restrições de circulação e a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities.

Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano e os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias.

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: com o bom desempenho da balança comercial, foi possível manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor de minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), que foi decisivo para que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações, elevando as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal brasileira, principalmente a partir do momento em que a regra fiscal em vigor - o teto de gastos - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Este cenário gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente).

Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis também, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas.

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva descompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração.

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir no quarto trimestre.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2022:

Em 22 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.045, a Aneel reajustou as tarifas de energia elétrica da RGE em 8,72%, sendo 7,60% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 1,12% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 10,98% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 4,07% e da Parcela B de 3,53%.

Em 1º de setembro de 2021, por meio da Resolução nº 3/2021, entrou em vigor a "Bandeira Escassez Hídrica", no valor de R\$ 14,20 a cada 100 kWh, que ficou em vigor até abril de 2022. A escassez hídrica onerou o caixa das distribuidoras no fim de 2021, dado que os custos de energia se elevaram em função do despacho de termelétricas movidas a combustível fóssil, e a Bandeira Tarifária Vermelha II não foi suficiente para cobrir tal déficit.

3. Desempenho operacional

Clientes: a RGE encerrou o ano com 3,1 milhões de clientes, com acréscimo de 42 mil consumidores, representando um crescimento de 1,4%.

Vendas de energia

Em 2022, as vendas para o mercado cativo totalizaram 11.779 GWh, uma queda de 8,9% em relação a 2021.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2022 foi de 48,8% para a classe residencial, 15,0% para a classe comercial e 10,7% para a classe industrial. Para essas classes de consumo destaca-se:

- Classe Residencial: crescimento de 0,4%, refletindo o aumento do número de consumidores em 2022 em relação a 2021 e o efeito positivo de temperatura no ano. Esses impactos foram parcialmente compensados pelo crescimento da geração distribuída na área de concessão da distribuidora, além da volta da mobilidade, após a pandemia de Covid-19;
- Classes Comercial e Industrial: reduções de 3,6% e 9,1%, o crescimento da geração distribuída na área de concessão da distribuidora e o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a energia vendida por meio da tarifa de uso (Uso D) das permissionárias que se tornaram parcialmente livres ao longo de 2021 e 2022, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente: a RGE obteve em 2022 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 72,2, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, resultado 3,4 pontos (ou 4,9%) acima do resultado de 2021. O índice foi superior à média nacional de 67,0, mantendo a empresa na 13ª posição no ranking de sua categoria que já ocupava em 2021.

Fornecimento de energia: a RGE desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2022, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 10,55 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,63 vezes.

4. Desempenho Econômico-Financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 14.793 milhões em 2022, representando uma redução de 8,9% (R\$ 1.441 milhões), decorrente das seguintes reduções: (i) de 9,7% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 1.043 milhões); (ii) de 86,3% no ativo e passivo financeiro setorial (R\$ 838 milhões); (iii) de 58,4% no suprimento de energia elétrica (R\$ 405 milhões). Estas variações foram parcialmente compensadas pelos seguintes aumentos: (iv) de 55,8% na receita com construção de infraestrutura (R\$ 679 milhões); (v) de 6,4% em outras receitas (R\$ 138 milhões); e de 5,5% na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 28 milhões).

As deduções da receita operacional foram de R\$ 4.352 milhões em 2022, representando uma redução de 21,9% (R\$ 1.221 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 10.441 milhões em 2022, representando uma redução de 2,1% (R\$ 220 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): em 2022, o EBITDA foi de R\$ 2.621 milhões, representando um aumento de 20,8% (R\$ 451 milhões), devido à redução de 23,8% no custo com energia elétrica (R\$ 1.476 milhões). Esta redução foi parcialmente compensada pelas seguintes variações: (i) aumento de 55,8% nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 679 milhões), que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; (ii) redução de 2,1% na receita líquida (R\$ 220 milhões); e (iii) aumento de 11,9% (R\$ 126 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 13,4% (R\$ 46 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Aumento de 39,9% (R\$ 34 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Aumento de 15,0% (R\$ 41 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 0,6% (R\$ 2 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Aumento de 24,8% (R\$ 3 milhões) no item Entidade de Previdência Privada.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2022	2021
Lucro Líquido	1.065.789	976.685
Amortização	474.783	412.698
Resultado Financeiro	501.841	276.604
Contribuição Social	153.772	134.381
Imposto de Renda	424.710	369.273
EBITDA	2.620.896	2.169.641

*Conforme Resolução CVM nº 156/22

Lucro líquido: a RGE apurou lucro líquido de R\$ 1.066 milhões em 2022, representando um aumento de 9,1% (R\$ 89 milhões), refletindo o aumento 20,8% no EBITDA (R\$ 451 milhões). Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes aumentos: (i) de 81,4% nas despesas financeiras (R\$ 225 milhões); (ii) de 14,9% no imposto de renda e contribuição social (R\$ 75 milhões); e (iii) de 15,0% na amortização (R\$ 62 milhões).

Endividamento: no final de 2022, a dívida financeira (incluindo derivativos) da RGE atingiu R\$ 6.746 milhões, representando um aumento de 14,6%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 1.956 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A RGE desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão ambiental: A empresa possui um Sistema de Gestão Ambiental certificado na norma ISO 14001 que abrange ações para garantir a conformidade com a legislação e normas vigentes, a melhoria contínua dos processos e o gerenciamento adequado dos riscos identificados. Possui contrato para atendimento a situações de emergência ambiental, além de seguro específico. Realiza projetos visando aprimorar a qualidade ambiental nos municípios de sua área de concessão, como o Arborização + Segura.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): O Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2022, temos como principal destaque a obtenção da Certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética e da Política Anticorrupção, bem como dos demais normativos internos, e ainda, a formalização de procedimentos de *due diligence*, *background check* e *compliance risk assessment*; a aplicação da metodologia do CRA (*Compliance Risk Assessment*) para todas as diretorias da empresa; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 11 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas “Integridade e diversidade”, “Comportamento íntegro durante o período eleitoral”, “Assédio moral e sexual”, e “Comportamento íntegro e o combate à corrupção”, dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos, emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*, e aplicação do formulário de conflito de interesses.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a RGE atua, em 2022 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte em 11 cidades, beneficiando cerca de 3.900 mil jovens, através de projetos voltados para a redução dos níveis de vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar em 8 cidades, beneficiando cerca de 44 mil pessoas; **(iii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional):** foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 598 mil pessoas; **(iv) Circuito CPFL:** retomadas as atividades presenciais do Circuito CPFL, que realizou 3 corridas do Circuito CPFL Energia e 20 sessões de cinema com o CineSolar. Ao todo o Circuito CPFL passou por 3 cidades, alcançando 7 mil pessoas; **(v) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional):** produzidas 26 gravações e exibidos 102 programas na grade da TV Cultura com audiência de mais de 23 milhões de expectadores. Nos canais do Instituto CPFL e do Café Filosófico CPFL no Youtube, 127 novos vídeos foram publicados com alcance durante o ano de 180 milhões de pessoas; **(vi) Voluntariado:** O programa atendeu 3 ONGs ao longo do ano. Em 2022, 298 pessoas foram beneficiados; e **(viii) Eficiência Energética (0,5% da ROL)** – Em 2022 foram investidos R\$ 41,5 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: R\$ 9,6 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 3.066 clientes; substituição de (b) 43.300 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); e (c) 1.390 trocadores de calor. Foram executados, também, projetos educacionais (d) RGE nas Escolas, que beneficiou 67.435 alunos e capacitou 1.535 professores do ensino fundamental e médio no uso consciente e seguro da energia elétrica, com um investimento de R\$ 3,2 milhões. Executou ainda (e) projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 6.054 pontos de Iluminação por LED, com um investimento

total de R\$ 6,9 milhões. (f) Em ações no Comércio, Indústrias e outros, foram aplicados mais R\$ 4,3 milhões. Por fim, (g) investiu R\$ 19,2 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão e substituição de geladeiras tradicionais por freezers científicos em unidades de saúde.

Gestão de Recursos Humanos: Em 2022, treinamos 4.410 colaboradores da base ativa, 97% já passou por algum treinamento. Foram 382.977 horas de treinamento. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com Escolas para formação de eletricitistas ao longo do ano, foram 320 participantes, 292 aprovados, 298 admitidos (54 mulheres e 244 homens) sendo 91% dos participantes aprovados x 100% contatados.

Rede de Valor: Em 2022, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, todos em formato online. Eles contaram com a participação de 145 parceiros e abordaram os seguintes temas: Cenário Econômico 2022, Plano Estratégico CPFL, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Práticas de Gestão, Sustentabilidade, Mercado Livre de Energia e Segurança do Trabalho.

7. Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela RGE para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de *compliance* tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2022

Serviços de Tecnologia da Informação - Segurança da Informação

Serviços de Benchmarking para dados de Capital Humano

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da RGE Sul agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	464.913	322.437
Títulos e valores mobiliários	6	615	3.568
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.219.024	1.403.690
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	25.465	14.001
Outros tributos a compensar	8	132.966	99.338
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	541.208	478.204
Derivativos	32	39.714	103.613
Ativo financeiro setorial	9	52.746	595.997
Estoques		30.167	18.507
Outros ativos	12	336.620	411.022
Total do circulante		2.843.438	3.450.376
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	58.168	79.690
Depósitos judiciais	21	93.954	106.144
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	403	2.751
Outros tributos a compensar	8	172.572	114.026
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	1.963.226	2.283.726
Ativo financeiro setorial	9	55.675	253.379
Derivativos	32	128.930	289.343
Créditos fiscais diferidos	10	-	539
Ativo financeiro da concessão	11	8.010.390	5.904.078
Outros ativos	12	19.043	4.566
Ativo contratual	13	614.740	650.777
Intangível	14	2.263.970	2.340.592
Total do não circulante		13.381.071	12.029.611
Total do ativo		16.224.509	15.479.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	15	890.460	1.090.239
Empréstimos e financiamentos	16	491.124	435.612
Debêntures	17	130.440	159.762
Taxas regulamentares	19	9.292	142.599
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	22.425	17.875
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	66.007	159.921
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	29	-	126.750
Dividendo e juros sobre capital próprio	29	185.718	-
Obrigações estimadas com pessoal		38.556	34.070
Passivo financeiro setorial	9	134.653	-
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	250.942	-
Outras contas a pagar	22	545.918	442.046
Total do circulante		2.765.534	2.608.874
Não circulante			
Fornecedores	15	244.771	221.283
Empréstimos e financiamentos	16	3.089.830	3.283.120
Debêntures	17	3.124.420	2.376.098
Entidade de previdência privada	18	90.209	160.542
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	9.154	8.802
Débitos fiscais diferidos	10	322.552	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	208.196	215.196
Derivativos	32	78.634	24.133
Passivo financeiro setorial	9	98.267	-
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	2.069.786	2.768.506
Outras contas a pagar	22	155.174	117.810
Total do não circulante		9.490.993	9.175.490
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social		2.842.391	2.831.534
Reserva de capital		163.105	173.962
Reserva legal		288.073	234.784
Reserva de lucros a realizar		355.275	-
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		404.100	-
Dividendo		-	591.850
Resultado abrangente acumulado		(84.962)	(136.508)
Total do patrimônio líquido		3.967.983	3.695.623
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.224.509	15.479.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita operacional líquida	25	10.440.750	10.660.448
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	26	(4.731.691)	(6.208.132)
Custo com operação		(897.931)	(758.938)
Amortização		(378.321)	(321.866)
Outros custos com operação	27	(519.609)	(437.072)
Custo do serviço prestado a terceiros	27	(1.897.880)	(1.218.554)
Lucro operacional bruto		2.913.248	2.474.824
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(257.095)	(279.085)
Amortização		(5.781)	(5.494)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(85.430)	(110.853)
Outras despesas com vendas	27	(165.884)	(162.739)
Despesas gerais e administrativas		(363.913)	(289.298)
Amortização		(38.581)	(33.239)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(325.332)	(256.059)
Outras despesas operacionais		(146.127)	(149.498)
Amortização do intangível da concessão		(52.099)	(52.099)
Outras despesas operacionais	27	(94.028)	(97.398)
Resultado do serviço		2.146.113	1.756.943
Resultado financeiro	28		
Receitas financeiras		474.867	284.251
Despesas financeiras		(976.709)	(560.854)
		(501.841)	(276.603)
Lucro antes dos tributos		1.644.271	1.480.339
Contribuição social	10	(153.772)	(134.381)
Imposto de renda	10	(424.710)	(369.273)
		(578.482)	(503.655)
Lucro líquido do exercício		1.065.789	976.685
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	947,01	867,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	1.065.789	976.685
Outros resultados abrangentes	51.546	4.231
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	54.011	18.405
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	<u>(2.466)</u>	<u>(14.174)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>1.117.335</u>	<u>980.916</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de capital de giro				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.820.677	184.819	185.950	-	489.922	-	(140.739)	-	3.540.630
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	976.685	976.685
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	18.405	-	18.405
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(14.174)	-	(14.174)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	48.834	-	-	-	-	(48.834)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	591.850	-	(591.850)	-
Aprovação de dividendos intermediários AGE 07/10/2021 e 11/11/2021	-	-	-	-	(489.922)	-	-	(336.000)	(825.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.831.534	173.962	234.784	-	-	591.850	(136.508)	-	3.695.623
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.065.789	1.065.789
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	54.011	-	54.011
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(2.466)	-	(2.466)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	53.289	-	-	-	-	(53.289)	-
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	355.275	-	-	-	(355.275)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	404.100	-	-	(404.100)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(67.407)	(67.407)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(591.850)	-	-	(591.850)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(185.718)	(185.718)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.842.391	163.105	288.073	355.275	404.100	-	(84.962)	-	3.967.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes dos tributos	1.644.271	1.480.339
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	474.783	412.698
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	97.149	66.648
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	85.430	110.853
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	55.054	(125.018)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	16.095	12.896
Perda (ganho) na baixa de não circulante	92.320	95.517
	2.465.102	2.053.933
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	28.530	(173.143)
Tributos a compensar	375.392	189.930
Depósitos judiciais	18.940	20.405
Ativo financeiro setorial	47.428	(607.717)
Contas a receber - CDE	(4.961)	(1.615)
Outros ativos operacionais	168.277	(95.119)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(176.291)	69.415
Outros tributos e contribuições sociais	(99.067)	(5.540)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(4.594)	(5.395)
Taxas regulamentares	240	118.942
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(112.735)	(112.535)
Passivo financeiro setorial	243.944	(268.451)
Contas a pagar - CDE	7.321	(6.869)
Outros passivos operacionais	106.644	87.106
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	3.064.170	1.263.347
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(372.095)	(191.055)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(273.976)	(330.353)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.418.099	741.939
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(191.669)	(26.239)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	178.224	775.179
Adições de ativo contratual	(1.955.912)	(1.253.015)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.969.357)	(504.075)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	1.877.592	2.260.046
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(1.267.748)	(1.920.552)
Liquidação de operações com derivativos	(121.920)	525.509
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(659.258)	(989.230)
Amortização de mútuo com controladas e coligadas	(134.932)	(183.800)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(306.266)	(308.027)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	142.476	(70.163)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	322.437	392.601
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	464.913	322.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
1 - Receita	14.707.509	16.122.687
1.1 Receita de venda de energia e serviços	12.895.993	15.015.776
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.896.946	1.217.764
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(85.430)	(110.853)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(7.840.591)	(8.679.290)
2.1 Custo com energia elétrica	(5.276.707)	(6.875.202)
2.2 Material	(1.149.682)	(703.038)
2.3 Serviços de terceiros	(1.093.370)	(802.375)
2.4 Outros	(320.832)	(298.676)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	6.866.918	7.443.397
4 - Retenções	(476.300)	(414.421)
4.1 Amortização	(424.201)	(362.321)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(52.099)	(52.099)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	6.390.618	7.028.976
6 - Valor adicionado recebido em transferência	498.294	299.669
6.1 Receitas financeiras	498.294	299.669
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	6.888.913	7.328.645
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	401.113	348.593
8.1.1 Remuneração direta	229.501	201.750
8.1.2 Benefícios	156.132	133.510
8.1.3 F.G.T.S	15.479	13.333
8.2 Impostos, taxas e contribuições	4.398.762	5.396.825
8.2.1 Federais	2.647.498	2.228.682
8.2.2 Estaduais	1.749.890	3.166.915
8.2.3 Municipais	1.374	1.227
8.3 Remuneração de capital de terceiros	1.023.249	606.542
8.3.1 Juros	995.653	572.085
8.3.2 Aluguéis	27.596	34.457
8.4 Remuneração de capital próprio	1.065.789	976.685
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	253.125	927.850
8.4.2 Lucros retidos	812.664	48.834
	6.888.913	7.328.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 6 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios no Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3,1 milhões de consumidores.

1.1 Mudanças Climáticas

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, Companhia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa “GEE”.

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE e faz as medições e divulgação nos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor.

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Ser carbono neutro* a partir de 2025, reduzindo 35% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (ii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

*Compensando as emissões dos escopos 1, 2 e 3

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpl.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 10 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados

não observáveis significativos) (nota 32);

- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Imposto de renda e contribuição social a recolher (incertezas sobre os tributos sobre o lucro);
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regule quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O

desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.

- ii. Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Para as dívidas contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado (nota 16).

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada utilizando a abordagem simplificada de

reconhecimento em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua

deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.12 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares - nota 25.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas foram emitidas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

a) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23):

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de estimativas contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração”. Em relação às demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

b) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26):

Em maio de 2022 a CVM aprovou as alterações ao CPC 26 (R1) para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

Em maio de 2022, a CVM aprovou as alterações ao CPC 32, na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

d) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26)

Em maio de 2022 a CVM emitiu alterações ao CPC 26 (R1) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível e ativo contratual

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldos bancários	34.501	55.033
Aplicações financeiras	<u>430.412</u>	<u>267.404</u>
Títulos de crédito privado (a)	430.412	261.053
Operações compromissadas (b)	-	6.351
Total	<u>464.913</u>	<u>322.437</u>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) no montante de R\$ 354.544 (R\$ 261.053 em 31 de dezembro de 2021) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 75.868 (R\$ 6.351 em 31 de dezembro de 2021), ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,81% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (101,93% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures R\$ 6.351 em 31 de dezembro de 2021, e remuneração equivalente, na média de 86,50% do CDI.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicação direta	<u>615</u>	<u>3.568</u>
Total	<u>615</u>	<u>3.568</u>

Representa valores em títulos de capitalização no montante de R\$ 615 cuja remuneração é equivalente, à média de 100% da TR e R\$ 3.568 em 31 de dezembro de 2021 são valores em debêntures de emissão própria mantidas em tesouraria com remuneração equivalente, na média de 109,75% do CDI.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	320.037	133.210	24.262	477.509	643.063
Industrial	20.756	12.842	21.322	54.920	48.711
Comercial	69.694	19.248	25.682	114.624	148.207
Rural	54.356	14.215	12.676	81.247	95.366
Poder público	20.057	1.667	3.787	25.511	33.103
Iluminação pública	22.762	423	1.063	24.249	32.008
Serviço público	14.033	807	123	14.963	17.216
Faturado	521.696	182.412	88.915	793.022	1.017.675
Não faturado	421.331	-	-	421.331	380.271
Parcelamento de débito de consumidores	37.163	17.224	14.985	69.373	109.018
Operações realizadas na CCEE	10.624	-	-	10.624	78.421
Concessionárias e permissionárias	16.757	-	-	16.757	22.653
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(2.477)	-	-	(2.477)	(96.476)
Outros	1.799	-	-	1.799	2.508
	1.006.894	199.636	103.900	1.310.429	1.514.069
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(91.405)	(110.379)
Total				1.219.024	1.403.690
Não circulante					
Precatórios	31.148	-	-	31.148	36.263
Parcelamento de débito de consumidores	27.021	-	-	27.021	43.427
	58.168	-	-	58.168	79.690

Parcelamento de débitos de consumidores – refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica: criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) ofereceu descontos aos consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32 (e).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2020	(81.897)	(16.908)	(98.805)
Provisão revertida (constituída) líquida	(170.141)	(191)	(170.332)
Recuperação de receita	59.479	-	59.479
Baixa de contas a receber provisionadas	82.180	-	82.180
Saldo em 31/12/2021	(110.379)	(17.099)	(127.478)
Provisão revertida (constituída) líquida	(152.940)	128	(152.813)
Recuperação de receita	67.383	-	67.383
Baixa de contas a receber provisionadas	104.531	-	104.531
Saldo em 31/12/2022	(91.405)	(16.972)	(108.377)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	25.465	14.001
Imposto de renda e contribuição social a compensar	25.465	14.001
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	12.234	20.857
ICMS a compensar	118.375	77.027
Programa de integração social - PIS	416	249
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.920	1.149
Instituto nacional de seguridade social - INSS	-	8
Outros	22	48
Outros tributos a compensar	132.966	99.338
Total circulante	158.431	113.339
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	174	174
Imposto de renda a compensar - IRPJ	229	2.576
Imposto de renda e contribuição social a compensar	403	2.751
ICMS a compensar	167.012	108.726
Programa de integração social - PIS	872	826
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.016	3.802
Outros	671	671
Outros tributos a compensar	172.572	114.026
Total não circulante	172.974	116.777

Imposto de renda e contribuição social a compensar – referem-se principalmente a constituição de crédito de imposto sobre lucro líquido e retenções de órgão público.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte: - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

ICMS a compensar – refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	95.175	84.190
COFINS sobre ICMS	446.033	394.014
Total circulante	541.208	478.204
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	351.562	411.080
COFINS sobre ICMS	1.611.664	1.872.647
Total não circulante	1.963.226	2.283.726
Passivo	31/12/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	250.942	-
Total circulante	250.942	-
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	2.069.786	2.768.506
Total não circulante	2.069.786	2.768.506

Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2002).

Considerando as duas ações judiciais (RGE Sul e RGE), o montante total até dezembro de 2022 de ativos de tributos a compensar é de R\$ 2.504.434 e do passivo com consumidores é de R\$ 2.320.728.

Para a RGE Sul os registros contábeis de ativos de tributos a compensar foram reconhecidos nas demonstrações financeiras, que atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.685.452 (R\$ 2.006.079 em 31 de dezembro de 2021). Sendo que, entre janeiro e dezembro de 2022 já foram compensados R\$ 476.682 (totalizando R\$ 713.238 de compensações realizadas).

Em relação, ao saldo do passivo com consumidores atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.501.745, saldo este já considerando no reajuste tarifário de junho de 2021 (R\$ 228.800) e de junho 2022 (R\$ 657.746) a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 886.546.

Ainda em 2021, tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) nos termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, no 2º trimestre 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R\$ 739.273 (R\$ 755.750 em 31 de dezembro de 2021), relacionado a RGE (empresa incorporada em dezembro de 2018), embora a ação desta empresa ainda

não ter recebido a certificação do trânsito em julgado. O saldo atualizado até dezembro de 2022 é de R\$ 818.982.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei n. 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior. A Companhia entende que tal dispositivo legal não lhe retira o direito de ter vertido em seu favor os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito. Sobre este tema, em dezembro/2022 a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), entidade da qual a Companhia é associada, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, distribuída sob nº 7324 questionando referida legislação, a qual pende de julgamento.

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

Parcela "A"	Saldo em 31/12/2021			Resultado financeiro (nota 25)			Devolução do crédito de PIS/COFINS	Recebimento			Saldo em 31/12/2022		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		Conta de comercialização de Itaipu	Conta de escassez hídrica	CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	700.474	163.228	863.702	(189.887)	(203.626)	90.059	-	(5.172)	(107.791)	(198.326)	106.559	142.402	248.961
CVA (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE (**)	(42.531)	15.666	(26.865)	187.148	8.424	6.137	-	-	-	(198.326)	(6.595)	(16.976)	(23.481)
Custos energia elétrica	(41.056)	(83.386)	(124.443)	(875.674)	402.972	(48.447)	-	-	(29.951)	-	(363.691)	(321.852)	(675.543)
ESS e EER (***)	395.388	43.536	438.924	(84.474)	(184.252)	34.516	-	-	(77.840)	-	(45.225)	172.098	126.873
Pronta	-	6.796	6.796	40.492	(29.697)	4.001	-	-	-	-	-	21.604	21.604
Rede básica	61.972	38.303	100.275	145.716	(78.550)	14.168	-	-	-	-	146.292	35.318	181.609
Repasso de Itaipu	467.677	134.170	601.847	232.446	(407.461)	77.585	-	(5.172)	-	-	158.741	340.504	499.245
Transporte de Itaipu	(939)	7.089	6.150	7.660	(5.821)	192	-	-	-	-	9.575	(1.384)	8.181
Neutralidade dos encargos setoriais	6.546	(8.353)	(1.807)	4.799	14.544	21	-	-	-	-	23.418	(5.860)	17.558
Sobrecontratação	(146.591)	9.406	(137.175)	152.164	75.205	1.895	-	-	-	-	174.119	(81.040)	93.079
Bandeira Tarifária Faturada	-	-	-	(164)	-	-	-	-	-	-	-	(164)	(164)
Outros componentes financeiros	101.841	(116.167)	(14.326)	134.840	391.718	18.730	(657.746)	(66.561)	(180.114)	-	(96.406)	(277.054)	(373.460)
Devolução crédito de PIS e COFINS	-	(117.845)	(117.845)	-	443.731	6.908	(657.746)	-	-	-	-	(319.853)	(319.853)
Outros	101.841	1.678	103.519	134.840	(58.013)	12.722	-	(66.561)	(180.114)	-	(96.406)	42.799	(53.607)
Total	802.315	47.061	849.376	(55.047)	188.092	108.789	(657.746)	(71.733)	(287.905)	(198.326)	10.153	(134.653)	(124.499)
Ativo circulante	-	-	595.997	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52.746
Ativo não circulante	-	-	253.379	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55.675
Passivo circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.653)
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(98.267)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) Devolução do crédito de PIS/COFINS: conforme resolução homologatória ("REH") nº 3.045 relativo ao RTA de 2022, foi considerado o passivo regulatório relativo aos

créditos de PIS/COFINS, decorrente da ação judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 657.746. Este valor estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no segundo trimestre de 2022 (nota 8.1). **(ii) Outros:** (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica.

Recebimento da conta de Comercialização de Itaipu: conforme disposto no Decreto nº 10.665/21, em função do saldo positivo da Conta de Comercialização de ITAIPU em 2020, a Companhia recebeu aporte adicional no primeiro semestre de 2022, no valor de R\$ 5.172, devido à mitigação do reajuste tarifário de junho de 2021. Ademais, conforme disposto no Decreto nº 11.027/22 e na Resolução Homologatória nº 3.093 /22, em função do saldo positivo dessa conta em 2021, foi estabelecido novo repasse em setembro de 2022, no montante de R\$ 66.561, de forma a mitigar o reajuste tarifário de junho de 2022. Os repasses serão cobrados posteriormente de todos os consumidores para devolução à Conta de Comercialização de ITAIPU, quando então será oferecido como bônus aos consumidores residenciais e rurais, nos termos do art. 21 da Lei nº 10.438/02.

Recebimento - Conta de escassez hídrica:

O Decreto nº 10.939/2022 regulamentou as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. Ficou autorizada a criação da Conta de Escassez Hídrica, posteriormente regulamentada pela ANEEL por meio da Consulta Pública nº 02/2022 resultando na publicação da Resolução Normativa nº 1.008/2022.

A Companhia manifestou necessidade de aporte por meio de termo de aceitação, e teve o recurso homologado através do Despacho nº 1.177/2022, com recebimento de R\$ 287.905 no segundo trimestre de 2022, para cobrir os custos com: i) “Importação de Energia” com repasse de R\$ 29.951; ii) “Custo do Bônus de Redução Incentivada” com repasse de R\$ 77.840 e iii) Diferimento do processo tarifário de 2021” com repasse de R\$ 180.114.

Recebimento – CDE Eletrobrás:

Conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2022 ocorreu em julho de 2022, cujo valor de R\$ 198.326 foi homologado por meio do Despacho nº 1.959.

Alterações em função da versão 2022 do Manual de contabilidade do setor elétrico – MCSE:

A ANEEL, através do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021, aprovou a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais mudanças envolvendo os ativos e passivos financeiros setoriais foram: (i) alteração da contabilização da Bandeira tarifária faturada ainda não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) para ativo ou passivo financeiro setorial, antes era registrada em taxas regulamentares (nota 19), e (ii) alteração na contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (homologado e diferido).

(10) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1- Composição dos créditos e (débitos) fiscais diferidos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	20.449	52.952
Benefício fiscal do intangível incorporado	37.396	39.513
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(147.899)</u>	<u>(97.561)</u>
Subtotal	(90.054)	(5.096)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	59.677	149.240
Benefício fiscal do intangível incorporado	118.657	127.397
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(410.831)</u>	<u>(271.002)</u>
Subtotal	(232.498)	5.635
Total	<u>(322.552)</u>	<u>539</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de bases negativas e prejuízo fiscais, diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 4,11% ao ano.

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19.153	53.202	19.782	54.951
Entidade de previdência privada	1.566	4.351	531	1.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.323	28.675	11.940	33.165
Provisão energia livre	313	870	313	870
Programas de P&D e eficiência energética	(805)	(2.237)	1.261	3.502
Provisão relacionada a pessoal	1.711	4.753	1.439	3.996
Marcação a Mercado - Derivativos	18.334	50.928	8.271	22.975
Marcação a Mercado - Dívidas	(24.266)	(67.405)	(12.102)	(33.618)
Derivativos	(26.534)	(73.707)	(42.225)	(117.291)
Registro da concessão - ajuste do intangível	1.516	4.212	1.830	5.083
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(165.083)	(458.564)	(116.636)	(323.990)
Outros	9.707	26.964	14.842	41.228
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	6.621	18.393	13.987	38.852
Marcação a Mercado - Derivativos	109	302	196	545
Marcação a Mercado - Dívidas	(565)	(1.568)	(988)	(2.745)
Total	(147.899)	(410.831)	(97.561)	(271.002)

10.4 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de bases negativas, prejuízos fiscais, diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

<u>Expectativa de recuperação</u>	
2023	214.833
2024	90.389
2025	55.553
2026	55.553
2027	81.855
Total	498.182

10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2022 e 2021:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.644.271	1.644.271	1.480.339	1.480.339
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Amortização de intangível adquirido	-	44	-	44
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(5.664)	(5.664)	(10.628)	(10.628)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	61.704	61.704	52.935	52.935
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	8.272	(1.516)	(29.916)	(45.596)
Base de cálculo	1.708.583	1.698.839	1.492.730	1.477.093
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(153.772)	(424.710)	(134.346)	(369.273)
Provisão para riscos fiscais	-	-	(35)	-
Total	(153.772)	(424.710)	(134.381)	(369.273)
Corrente	(75.842)	(206.102)	(90.189)	(244.397)
Diferido	(77.930)	(218.608)	(44.192)	(124.876)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social e diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 296.538 (R\$ 169.068 em 2021), referem-se a, (i) benefício fiscal do intangível incorporado de R\$ 10.857 (R\$ 10.857 em 2021), (ii) diferenças temporárias de R\$ 163.615 (R\$ 8.281 em 2021) e (iii) prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 122.066 (R\$ 149.931 em 2021).

10.6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	2022		2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	(110.620)	(110.620)	(11.413)	(11.413)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	28.785	28.785	(12.024)	(12.024)
Base de cálculo	(81.835)	(81.835)	(23.437)	(23.437)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	7.365	20.459	2.109	5.859
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	-	-	(787)	(2.185)
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	7.365	20.459	1.322	3.675
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	3.736	3.736	21.476	21.476
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	(336)	(934)	(1.933)	(5.369)
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	7.029	19.525	(612)	(1.694)

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2020	4.513.915
Transferência - ativo contratual	898.439
Transferência - intangível em serviço	9.010
Ajuste ao valor justo	522.435
Baixas	(39.721)
Saldo em 31/12/2021	5.904.078
Transferência - ativo contratual	1.595.009
Transferência - intangível em serviço	885
Ajuste ao valor justo	559.063
Baixas	(48.646)
Saldo em 31/12/2022	8.010.390

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do exercício.

Em 2022, o valor das baixas de R\$ 48.646 (R\$ 39.721 em 2021) refere-se a baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 20.768 (R\$ 12.316 em 2021) e a baixa do ativo de R\$ 27.878 (R\$ 27.405 em 2021).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos - fornecedores	256	9.876	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	29.417	11.613	-	-
Ordens em curso	168.303	153.090	-	-
Serviços prestados a terceiros	7.464	10.368	-	-
Despesas antecipadas	26.236	29.326	2.885	4.566
Contas a receber - CDE	67.878	62.917	-	-
Adiantamentos a funcionários	6.825	6.483	-	-
Arrendamentos e alugueis	21.613	17.278	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber (nota 7)	4.378	96.478	-	-
Outros	21.221	30.691	16.158	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(16.972)	(17.099)	-	-
Total	336.620	411.022	19.043	4.566

Ordens em curso - compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 22).

Despesas antecipadas - refere-se a antecipação de despesas com licença de software, IPTU e PROINFA.

Contas a receber – CDE – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 13.997 (R\$ 11.877 em 31 de dezembro de 2021); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 51.200 (R\$ 51.040 em 31 de dezembro de 2021) (nota 25.3) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 2.681.

Outros: refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2020	618.617
Adições	1.267.697
Transferência - Intangível em serviço	(337.098)
Transferência - Ativo financeiro	(898.439)
Saldo em 31/12/2021	650.777
Adições	1.978.276
Transferência - Intangível em serviço	(419.303)
Transferência - Ativo financeiro	(1.595.009)
Saldo em 31/12/2022	614.740

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) INTANGÍVEL

	Direito de concessão			Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2020	357.982	2.095.935	4.481	2.458.397
Custo histórico	1.923.048	5.320.419	40.552	7.284.020
Amortização acumulada	(1.565.066)	(3.224.484)	(36.071)	(4.825.623)
Amortização	(52.099)	(361.109)	(1.212)	(414.421)
Transferência - ativo contratual	-	336.460	639	337.098
Transferência - ativo financeiro	-	(9.010)	-	(9.010)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(31.473)	-	(31.473)
Saldo em 31/12/2021	305.882	2.030.802	3.907	2.340.592
Custo histórico	1.923.048	5.322.726	41.191	7.286.965
Amortização acumulada	(1.617.166)	(3.291.924)	(37.284)	(4.946.373)
Amortização	(52.099)	(412.572)	(1.418)	(466.090)
Transferência - ativo contratual	-	417.590	1.713	419.303
Transferência - ativo financeiro	-	(885)	-	(885)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(28.950)	-	(28.950)
Saldo em 31/12/2022	253.783	2.005.985	4.203	2.263.970
Custo histórico	1.923.048	5.540.263	42.904	7.506.215
Amortização acumulada	(1.669.265)	(3.534.278)	(38.701)	(5.242.245)

Adquirido em Combinações de Negócios: Refere-se principalmente ao intangível decorrente de incorporações da AES Guaíba Empreendimentos e DOC 3 Participações S.A. A amortização deste intangível é efetuada pelo método linear conforme revisão do CPC 04 – Ativo Intangível.

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção para os ativos qualificáveis. No exercício de 2022 foram capitalizados R\$ 20.847 (R\$ 12.959 em 2021), a uma taxa média de 7,13% a.a. (7,19% a.a. em 2021) (nota 28).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para os exercícios de 2022 e 2021, com base na avaliação mencionada de eventuais indicativos, não houve necessidade de provisão de recuperação.

(15) FORNECEDORES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	393	275.751
Suprimento de energia elétrica	420.673	528.074
Encargos de uso da rede elétrica	154.244	108.695
Materiais e serviços	315.150	177.718
Total	<u>890.460</u>	<u>1.090.239</u>
<u>Não circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	177.032	157.525
Encargos de uso da rede elétrica	67.739	60.275
Materiais e serviços	-	3.483
Total	<u>244.771</u>	<u>221.283</u>

Os montantes de suprimento de energia elétrica e Encargos de uso da rede elétrica registrados no não circulante são relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculados ao processo de exposição decorrente de preços entre submercados (nota 35).

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
TJLP	427	-	(426)	6	-	(7)	-
IPCA	1.903.727	297.139	(114.794)	225.108	-	(94.892)	2.216.290
Gastos com captação	(17.179)	-	-	3.176	-	-	(14.003)
Total moeda nacional	1.886.975	297.139	(115.220)	228.290	-	(94.899)	2.202.287
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	1.692.701	-	(119.198)	31.541	(115.664)	(31.174)	1.458.206
Euro	187.339	-	(168.330)	193	(18.865)	(337)	-
Marcação a mercado	(48.284)	-	-	(31.255)	-	-	(79.539)
Total moeda estrangeira	1.831.756	-	(287.528)	479	(134.529)	(31.511)	1.378.667
Total	3.718.732	297.139	(402.748)	228.769	(134.529)	(126.410)	3.580.954
Circulante	435.612						491.124
Não circulante	3.283.120						3.089.830

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
TJLP	1.451	-	(1.022)	43	-	(45)	427
IPCA	1.196.305	661.480	(104.293)	210.977	-	(60.742)	1.903.727
Gastos com captação	(20.357)	-	-	3.178	-	-	(17.179)
Total moeda nacional	1.177.398	661.480	(105.315)	214.199	-	(60.787)	1.886.975
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	2.474.018	340.000	(1.246.053)	46.968	133.421	(55.652)	1.692.701
Euro	644.243	-	(444.184)	3.138	(12.473)	(3.385)	187.339
Marcação a mercado	(20.422)	-	-	(27.862)	-	-	(48.284)
Total moeda estrangeira	3.097.839	340.000	(1.690.237)	22.244	120.948	(59.037)	1.831.756
Total	4.275.237	1.001.480	(1.795.552)	236.443	120.948	(119.825)	3.718.732
Circulante	1.803.770						435.612
Não circulante	2.471.467						3.283.120

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Moeda nacional					
Mensuradas ao custo					
Pós Fixado					
TJLP					
FINEP	TJLP + 6%(*)	-	427	2017 a 2022	Fiança Bancária
		-	427		
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%(*)	2.216.290	1.903.727	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		<u>2.216.290</u>	<u>1.903.727</u>		
Gastos com captação		(14.003)	(17.179)		
Total moeda nacional		<u>2.202.287</u>	<u>1.886.975</u>		
Moeda estrangeira					
Mensuradas ao valor justo					
Dólar					
Empréstimo bancários (Lei 4.131) (*)	US\$ + Libor 3 meses + 0,87%(*)	215.301	229.372	2023 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimo bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,83% a 3,47%(*)	1.242.905	1.463.329	2021 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		<u>1.458.206</u>	<u>1.692.701</u>		
Euro					
Empréstimo bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,79%(*)	-	187.339	2021 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		-	187.339		
Marcação a mercado		(79.539)	(48.284)		
Total moeda estrangeira		<u>1.378.667</u>	<u>1.831.756</u>		
Total		<u>3.580.954</u>	<u>3.718.732</u>		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratos em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

(*) A Companhia possui empréstimo em moeda estrangeira atrelado a Libor, e apesar de a taxa Libor ser descontinuada em junho de 2023, esta mudança não trará impactos nas demonstrações financeiras, pois temos um SWAP nos mesmos termos do empréstimo que anula a exposição da Libor trocando-a por CDI. A Administração da Companhia está avaliando junto à Instituição financeira qual indexador irá substituir a Libor.

Taxa efetiva a.a.:

(*) De 90% a 120% do CDI

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis as dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 79.539 (R\$ 48.284 em 31 de dezembro de 2021), que reduzidos das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 76.740 (R\$ 33.874 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 2.799 (R\$ 14.410 em 31 de dezembro de 2021).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2024	537.153
2025	840.147
2026	385.475
2027	1.395.605
Subtotal	3.158.380
Marcação a mercado	(68.551)
Total	3.089.830

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2022	2021	31/12/2022	31/12/2021
TJLP	6,31	4,80	-	0,01
IPCA	7,17	10,06	61,50	50,73
CDI	13,65	4,40	38,50	49,26
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados em 2022	Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro e taxa efetiva anual
Moeda nacional - IPCA						
Empréstimo bancário (IPCA - BNDES)	353.019	70.607	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,34%
Empréstimo bancário (IPCA - BNDES)	1.132.601	226.532	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,34%
	1.485.620	297.139				

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e,

- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia, não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.489.897	1.090.000	(865.000)	179.457	(175.245)	1.719.109
IPCA	168.163	-	-	18.662	(8.932)	177.893
Gastos com captação	(26.836)	(2.547)	-	23.407	-	(5.977)
Total ao custo	1.631.223	1.087.453	(865.000)	221.526	(184.177)	1.891.025
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	1.001.805	493.000	-	126.891	(61.508)	1.560.188
Marcação a mercado	(97.169)	-	-	(99.185)	-	(196.354)
Total ao valor justo	904.637	493.000	-	27.705	(61.508)	1.363.834
Total	2.535.860	1.580.453	(865.000)	249.232	(245.685)	3.254.860
Circulante	159.762					130.440
Não circulante	2.376.098					3.124.420

Modalidade	Saldo em 31/12/2020	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2021
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	993.236	603.000	(125.000)	52.872	(34.211)	1.489.897
IPCA	152.292	-	-	23.944	(8.073)	168.163
Gastos com captação	(5.464)	(24.434)	-	3.062	-	(26.836)
Total ao custo	1.140.064	578.566	(125.000)	79.877	(42.284)	1.631.223
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	244.804	680.000	-	105.948	(28.946)	1.001.805
Marcação a mercado	13.258	-	-	(110.426)	-	(97.169)
Total ao valor justo	258.062	680.000	-	(4.478)	(28.946)	904.637
Total	1.398.126	1.258.566	(125.000)	75.399	(71.230)	2.535.860
Circulante	129.898					159.762
Não circulante	1.268.228					2.376.098

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	CDI + 1,20% a 1,40%	(a)	1.719.109	1.489.897	2021 a 2028	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA+ 5,35%	(b)	177.893	168.163	2017 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação			(5.977)	(26.836)		
Total mensuradas ao custo			1.891.025	1.631.223		
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	IPCA + 4,30% a 5,99% (1)	(c)	1.560.188	270.320	2018 a 2029	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
IPCA	IPCA + 4,30% (1)	(c)	-	731.485	2029 a 2031	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			(196.354)	(97.169)		
Total mensuradas ao valor justo			1.363.834	904.637		
Total			3.254.860	2.535.860		

(1) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação em IPCA para variação CDI. Para mais informações sobre a taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva a.a.:

(a) CDI + 1,20% a 1,58%

(b) IPCA+ 5,49%

(c) CDI + 1,48% e IPCA + 5,99% a 6,31%

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2022 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 196.354 (R\$ 97.169 em 31 de dezembro de 2021), que deduzidos das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 128.179 (R\$ 66.571 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 68.175 (R\$ 30.598 em 31 de dezembro de 2021).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	
2024	224.745
2025	138.765
2026	1.289.844
2027	200.428
2028	1.466.991
Subtotal	3.320.774
Marcação a mercado	(196.354)
Total	3.124.420

Adições no exercício:

Modalidade	Montante em R\$ mil			Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
	Quantidade emitida	Liberado em 2022	Liberado líquido dos gastos de emissão						
Moeda nacional									
IPCA									
13ª Emissão	493.000	493.000	493.000	Semestral	2 Parcelas Mai/28 e Mai/29	(a)	IPCA + 5,9853%	IPCA +	CDI + 0,60%
CDI									
14ª Emissão	1.090.000	1.090.000	1.087.453	Semestral	Parcela única em dezembro de 2026	(a)	CDI + 1,20%	CDI + 1,20%	Não se aplica
	<u>1.583.000</u>	<u>1.583.000</u>	<u>1.580.453</u>						

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívida e reforço de capital de giro Companhia.

Pré-pagamento:

Durante o exercício de 2022 foram liquidadas antecipadamente R\$ 1.398.334 em debêntures, cujo os vencimentos originais eram até maio de 2024.

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia, não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada, que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A.), sendo conforme abaixo:

18.1 – Características:

“Plano 1” (Plano Único da incorporada): Plano do tipo “benefício definido” com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A. até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018, conforme mencionado na nota 1; e

“Plano 2” (Plano Único da incorporadora): Plano do tipo “benefício definido”, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação Família Previdência.

Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de “contribuição definida”, sendo Bradesco Vida e

Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela companhia a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras.

Ao final do exercício de 2022 a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

18.2 - Movimentações dos planos de benefício definido

	31/12/2022		31/12/2021	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	439.609	589.674	472.498	622.201
Valor justo dos ativos do plano	(468.394)	(499.466)	(451.414)	(482.743)
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	(28.785)	90.209	21.084	139.458
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	28.785	-	-	-
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	-	90.209	21.084	139.458

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	Plano 1	Plano 2
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020	452.237	670.330
Custo do serviço corrente bruto	(1.167)	1.142
Juros sobre obrigação atuarial	33.746	50.085
Contribuições de participantes vertidas no exercício	205	554
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	25.026	14.221
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(9.252)	(76.057)
Benefícios pagos no exercício	(28.297)	(38.074)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	472.498	622.201
Custo do serviço corrente bruto	(79)	1.367
Juros sobre obrigação atuarial	42.801	56.456
Contribuições de participantes vertidas no exercício	160	565
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	10.647	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(52.349)	(45.221)
Benefícios pagos no exercício	(34.069)	(45.694)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	439.609	589.674

	Plano 1	Plano 2
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020	(463.399)	(493.876)
Rendimento esperado no exercício	(34.980)	(36.792)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(205)	(554)
Contribuições de patrocinadoras	(2.160)	(3.201)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	21.033	13.616
Benefícios pagos no exercício	28.297	38.074
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	(451.414)	(482.733)
Rendimento esperado no exercício	(40.933)	(43.517)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(160)	(565)
Contribuições de patrocinadoras	(2.308)	(2.286)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(7.648)	(16.049)
Benefícios pagos no exercício	34.069	45.694
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	(468.394)	(499.456)

18.3 - Movimentações dos passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Passivo atuarial no início do exercício	21.084	139.458	-	176.444
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.789	14.306	(1.539)	14.435
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(2.308)	(2.286)	(2.160)	(3.201)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	10.647	-	25.026	14.221
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(52.349)	(45.221)	(9.252)	(76.057)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(7.648)	(16.049)	21.033	13.616
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	28.785	-	(12.024)	-
Passivo atuarial no fim do exercício	-	90.209	21.084	139.458

18.4- Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2023 estão apresentadas no montante de R\$ 2.425 (plano 1) e R\$ 2.411 (plano 2).

Os benefícios esperados a serem pagos pela Fundação Família Previdência nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	Plano 1	Plano 2
2023	35.530	47.085
2024	36.729	48.670
2025	37.973	50.198
2026	39.189	51.726
2027 a 2032	260.908	345.337
Total	410.329	543.016

Em 31 de dezembro de 2022, a duração média da obrigação do benefício definido foi 9,4 anos (Plano 1) e 9,6 anos (Plano 2).

18.5- Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2023 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2022 e 2021, são como segue:

	2023 estimadas		2022 realizadas	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Custo do serviço	(80)	848	(79)	1.367
Juros sobre obrigações atuariais	43.830	58.821	42.801	56.456
Rendimento esperado dos ativos do plano	(46.955)	(49.605)	(40.933)	(43.517)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	2.991	-	-	-
Total da despesa (receita)	(214)	10.064	1.789	14.306

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Planos 1 e 2	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,39% a.a.	9,41% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,88% a.a.(*)	5,74% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
	BR-EMS sb v.2015 (-20) (**)	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de mortalidade geral:	Light fraca	Light média
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Nula	Nula
Taxa de rotatividade esperada:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:		

(*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 4,45% em 2022 e de 5,22% em 2021.

(**) Tábua biométrica de mortalidade geral para a RGE Sul é BR-EMSSb v.2021 por sexo.

18.6 - Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, administrados pela Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2023, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2022.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	Plano 1		Plano 2	
	2022	2021	2022	2021
Renda fixa	75%	78%	74%	77%
Títulos públicos federais	66%	68%	64%	65%
Títulos privados (instituições financeiras)	3%	4%	3%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	2%	3%	3%	3%
Fundos de investimento multimercado	4%	4%	4%	4%
Renda variável	12%	12%	14%	14%
Fundos de investimento em ações	12%	12%	14%	14%
Investimentos estruturados	9%	7%	8%	5%
Fundos de investimento multimercado	9%	7%	8%	5%
Cotados em mercado ativo	97%	98%	96%	97%
Imóveis	1%	1%	1%	1%
Operações com participantes	2%	2%	3%	3%
Outros ativos	-	-1%	-	-1%
Depósitos judiciais e outros	-	-1%	-	-1%
Não cotados em mercado ativo	3%	2%	4%	3%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

Metas 2023 - Fundação Família Previdência		
	Plano 1	Plano 2
Renda fixa	72,0%	71,9%
Renda variável	10,2%	10,8%
Imóveis	1,0%	1,2%
Empréstimos e financiamentos	1,8%	2,6%
Investimentos estruturados	15,0%	13,5%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%
	100,0%	100,0%

A meta de alocação para 2023 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2022 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2023, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos é o Estudo de Asset Liability Management – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano. Os estudos levam em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos das classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazo, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 - Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

· Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 10.444 no plano 1 e R\$ 14.288 no plano 2 (redução de R\$ 10.017 no plano 1 e R\$ 13.691 no plano 2).

· Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 7.400 no plano 1 e R\$ 10.770 no plano 2 (aumento de R\$ 7.172 no plano 1 e R\$ 10.476 no plano 2).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 10,38% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 10,13% a.a. e 10,63% a.a..

As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 - Risco de investimento:

Os planos de benefícios da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). O IPCA é o índice mais próximo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que corrige o passivo atuarial (associação entre ativos e passivos) dos planos de benefício definido da Companhia.

Os planos de benefícios da Companhia tem sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente.

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe Generalizado* e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição à risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.355	1.114
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.937	7.937
Bandeiras tarifárias e outros	1	133.549
Total	<u>9.292</u>	<u>142.599</u>

Bandeiras tarifárias e outros – O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021. A partir de janeiro de 2022 a bandeira tarifária passou a ser registrada no grupo de Ativo e passivo financeiro setorial.

(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	14.659	10.170
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	7.766	7.704
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>22.425</u>	<u>17.875</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	115.806
Programa de integração social - PIS	8.412	5.293
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	39.138	24.862
Outros	18.456	13.960
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>66.007</u>	<u>159.921</u>
Total Circulante	<u>88.432</u>	<u>177.796</u>
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	7.138	6.906
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.016	1.896
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>9.154</u>	<u>8.802</u>
Total Não circulante	<u>9.154</u>	<u>8.802</u>

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro.

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS – a redução deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar n° 194/2022, que foram: (i) redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e (ii) não incidência do ICMS sobre determinados itens do faturamento.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	83.841	39.054	75.682	41.612
Cíveis	68.577	12.072	104.178	24.882
Fiscais	20.764	42.829	19.058	39.649
Regulatórios	34.645	-	15.909	-
Outros	369	-	369	-
Total	208.196	93.954	215.196	106.144

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	75.682	24.849	(6.055)	(19.466)	8.832	83.841
Cíveis	104.178	68.858	(28.976)	(92.941)	17.457	68.577
Fiscais	19.058	417	(69)	(328)	1.686	20.764
Regulatórios	15.909	16.819	-	-	1.918	34.645
Outros	369	-	-	-	-	369
Total	215.196	110.943	(35.100)	(112.735)	29.893	208.196

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e terceirizados da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade, insalubridade e equiparação salarial. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão nas categorias, empregados próprios, terceirizados e ações de indenização;
- Cíveis** - as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros;
- Fiscais** – os processos fiscais são relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza – ISSQN, SAT e ICMS, cujas discussões são mantidas na esfera administrativa e judicial;
- Regulatórios** - os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador; e
- Outros** - referem-se a Autos de Infração da AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim representadas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Principais causas</u>
Trabalhistas	289.726	325.171	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.016.744	1.005.363	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos
Fiscais	1.119.564	1.056.046	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	580.542	546.262	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	79.320	48.394	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	<u>3.085.896</u>	<u>2.981.235</u>	

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Consumidores e concessionárias	220.192	112.063	84.754	75.415
Programa de eficiência energética - PEE	135.235	137.480	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	54.235	70.116	16.348	1.451
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	15.232	21.560	-	-
Adiantamentos	18.344	15.219	2.051	3.084
Descontos tarifários - CDE	26.515	19.194	-	-
Folha de pagamento	4.137	3.754	-	-
Participação nos lucros	21.206	16.940	2.119	1.933
Convênios de arrecadação	38.239	38.935	-	-
Garantias	-	-	823	993
Outros	12.584	6.786	49.079	34.934
Total	<u>545.918</u>	<u>442.046</u>	<u>155.174</u>	<u>117.810</u>

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. O saldo no passivo não circulante de R\$ 84.754 (R\$ 75.415 em 31 de dezembro de 2021), refere-se à energia de curto prazo (CCEE) relacionada ao Despacho ANEEL nº 288 (nota 35).

Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à Conta de desenvolvimento energético (“CDE”) em favor da modicidade tarifária.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes.

Descontos tarifários – CDE: refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação - referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente, ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99
Total	1.125.427	100,00

23.1 - Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2022, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,40 vezes o EBITDA em 2022 (2,63 vezes em 2021), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

23.2 - Capital social

Através da AGO/E de 28 de abril de 2022, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.857, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2021 sem emissão de novas ações.

23.3 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 28 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2021, através de (i) dividendo adicional proposto, no montante de R\$ 591.850, atribuindo-se para cada ação ordinária o valor de R\$ 525,889679126.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2022:

Na AGE de 12 de dezembro de 2022, foi aprovada a declaração de dividendos intermediários no valor de R\$ 67.407, a ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022.

Dividendo mínimo obrigatório proposto no montante de R\$ 185.718, que será deliberado na AGO em abril de 2023.

No exercício de 2022, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 659.258 de dividendos.

23.4 Reserva de capital

Refere-se ao benefício fiscal do Intangível Incorporado, oriundo das incorporações da CPFL Jaguariúna e da Rio Grande Energia de R\$ 163.105.

23.5 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.047.448, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 288.073, (ii) Reserva de lucros a realizar R\$ 355.275 e (iii) Reserva estatutária – reforço de capital de giro R\$ 404.100.

23.6 Resultado abrangente acumulado

É composto por:

- entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 88.305 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);
- efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquidos dos efeitos tributários com saldo credor de R\$ 3.343 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48;

23.7 - Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	1.065.789
Reserva legal	(53.289)
Reserva de lucros a realizar	(355.275)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(404.100)
Dividendos intermediários	(67.407)
Dividendo mínimo obrigatório	(185.718)

Considerando avaliações da controladora da Companhia para potenciais novos negócios, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 404.100 à reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 355.275, referente principalmente à atualização monetária do Ativo financeiro da concessão, em função da aplicação do CPC 47 eventuais alterações nestas perspectivas que reflitam em alterações na reserva poderão ser realizadas durante o exercício de 2023, mediante aprovação da Administração.

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	1.065.789	976.685
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	1.125.427	1.125.427
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	947,01	867,83

Nos exercícios de 2022 e 2021 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita de operações com energia elétrica	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Classe de consumidores						
Residencial	2.618.664	2.562.073	5.753	5.732	5.140.312	5.893.062
Industrial	17.299	17.843	1.259	1.385	1.026.876	1.150.286
Comercial	178.460	175.366	1.768	1.833	1.667.058	1.917.877
Rural	229.900	248.130	1.458	1.548	975.962	966.324
Poderes públicos	22.862	22.115	360	316	326.332	316.171
Iluminação pública	574	539	537	553	269.557	307.184
Serviço público	3.911	3.780	296	313	238.188	279.012
Fornecimento faturado	3.071.670	3.029.846	11.430	11.680	9.644.284	10.829.915
Consumo próprio	236	225	6	6	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	13.728	(129.146)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(4.973.807)	(5.215.346)
Fornecimento de energia elétrica	3.071.906	3.030.071	11.436	11.685	4.684.205	5.485.423
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			342	1.249	212.319	400.021
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(111.666)	(100.162)
Energia elétrica de curto prazo			1.380	837	76.616	293.752
Suprimento de energia elétrica			1.722	2.086	177.269	593.611
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					5.085.473	5.315.508
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					1.473.348	1.362.721
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(64.447)	(44.240)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					1.896.946	1.217.764
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					133.045	971.353
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					538.295	510.119
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares					707.953	697.980
Outras receitas e rendas					160.852	123.301
Outras receitas operacionais					9.931.465	10.154.506
Total da receita operacional bruta					14.792.939	16.233.540
Deduções da receita operacional						
ICMS					(1.747.535)	(3.164.980)
PIS					(171.301)	(207.417)
COFINS					(788.935)	(955.379)
ISS					(152)	(153)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(1.465.147)	(983.845)
Programa de P & D e eficiência energética					(80.700)	(89.768)
PROINFA					(68.862)	(45.989)
Bandeiras tarifárias e outros					(13.902)	(112.599)
Outros					(15.656)	(12.963)
					(4.352.189)	(5.573.092)
Receita operacional líquida					10.440.750	10.660.448

25.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de janeiro de 2018, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquida no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

25.2 - Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em junho de cada ano, a ANEEL, através de Resolução Homologatória (“REH”), reajusta a tarifa da Companhia. As tarifas têm vigência de 16 de junho até 15 de junho do ano subsequente e os últimos reajustes com reflexos nessas demonstrações financeiras, foram:

Em 14 de junho de 2022 a ANEEL publicou a Resolução homologatória (“REH”) 3.044 postergando o reajuste tarifário da Companhia. Em 22 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.045, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 8,72%, sendo 7,60% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,12% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 10,98%.

Em 2021 (REH nº 2.880), o reajuste médio foi de +15,23%, sendo +16,68% referentes ao reajuste tarifário econômico, -1,45% relativos aos componentes financeiros pertinentes e 9,95% o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores.

25.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2022, foi registrada receita de R\$ 707.953 (R\$ 697.980 em 2021), sendo (i) R\$ 79.667 (R\$ 62.083 em 2021) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 595.080 (R\$ 587.451 em 2021) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 431 (R\$ 7 em 2021) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 32.775 (R\$ 48.439 em 2021) de subvenção CCRBT.

25.4 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da REH nº 3.004, de 14 de dezembro de 2021, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO, relativas às competências de janeiro a abril de 2022.

A REH nº 3.034, de 26 de abril de 2022, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2022.

E, criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a CDE Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181 de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939 de 05 de abril de 2021, e os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

25.5 Redução das alíquotas de ICMS nas tarifas de energia elétrica:

Em 23 de junho de 2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194, que determinou a redução das alíquotas do ICMS sobre energia elétrica pelos Estados, bem como reduziu a base de cálculo do tributo. Nesse contexto, a Companhia realizou a análise das normas e legislações estaduais sobre o tema de forma a refletir o melhor entendimento da nova determinação em seus sistemas de faturamento.

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	3.215	3.315	936.675	1.173.077
PROINFA	278	314	166.119	104.659
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	11.855	12.465	2.405.054	3.814.735
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(312.537)	(456.181)
Subtotal	15.347	16.095	3.195.311	4.636.290
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			1.009.597	815.126
Encargos de transporte de itaipu			89.518	95.504
Encargos de conexão			187.872	157.817
Encargos de uso do sistema de distribuição			5.208	7.285
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			192.011	603.967
Encargos de energia de reserva - EER			208.772	52.357
Crédito de PIS e COFINS			(156.597)	(160.212)
Subtotal			1.536.380	1.571.843
Total			4.731.691	6.208.132

(*) Conta de energia de reserva

A redução do custo com energia adquirida para revenda no ano de 2022 está associada principalmente ao menor acionamento de usinas térmicas (contratos por disponibilidade) e ao PLD em níveis mínimos, em comparação ao mesmo período de 2021.

A Redução no custo com ESS deve-se a grande melhora do cenário energético que reduziu o acionamento de usinas termelétricas no ano de 2022.

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outros custos com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Outras despesas operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Pessoal	223.883	196.337	-	-	93.711	84.879	73.847	63.931	-	-	391.441	345.147
Entidade de previdência privada	16.095	12.896	-	-	-	-	-	-	-	-	16.095	12.896
Material	104.543	71.824	471	343	9.941	8.879	3.983	3.987	-	-	118.939	85.033
Serviços de terceiros	151.347	131.088	467	450	38.005	40.666	123.175	99.969	-	-	312.993	272.174
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.896.946	1.217.764	-	-	-	-	-	-	1.896.946	1.217.764
Outros	23.742	24.926	(4)	(3)	24.227	28.315	124.327	88.171	94.028	97.398	266.320	238.807
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	25.846	28.624	-	-	-	-	25.846	28.624
Arrendamentos e aluguéis	24.273	23.066	-	-	-	-	394	9.049	-	-	24.667	32.115
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	6.904	5.198	-	-	6.904	5.198
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	112.102	73.527	-	-	112.102	73.527
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	92.320	95.517	92.320	95.517
Compensação financeira pela utilização de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(531)	1.861	(4)	(3)	(1.618)	(309)	4.927	397	1.708	1.881	4.481	3.826
Total	519.609	437.072	1.897.880	1.218.554	165.884	162.739	325.332	256.059	94.028	97.398	3.002.734	2.171.822

(28) RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	64.997	24.500
Acréscimos e multas moratórias	95.830	100.063
Atualização de créditos fiscais	159.487	59.191
Atualização de depósitos judiciais	6.759	2.741
Atualizações monetárias e cambiais	23.087	59.588
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	5.881	4.222
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	116.562	22.332
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(23.427)	(15.418)
Outros	25.691	27.032
Total	<u>474.867</u>	<u>284.251</u>
Despesas		
Encargos de dívidas	(424.638)	(222.955)
Atualizações monetárias e cambiais	(369.367)	(247.767)
(-) Juros capitalizados	20.847	12.959
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(7.773)	-
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(146.836)	(54.904)
Outros	(48.943)	(48.187)
Total	<u>(976.709)</u>	<u>(560.854)</u>
Resultado financeiro	<u>(501.841)</u>	<u>(276.603)</u>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,13% a.a. em 2022 (7,19% a.a. em 2021) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 401.706 (ganhos R\$ 6.713 em 2021) (nota 32).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2022, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S/A.
Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.
Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S/A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- b) **Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** – A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas

respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação Família Previdência, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 7.561 (R\$ 4.207 em 2021). Este valor é composto por R\$ 6.600 (R\$ 3.250 em 2021) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 116 (R\$ 77 em 2021) de benefícios pós-emprego e R\$ 845 (R\$ 880 em 2021) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	2022	2021
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	532	576	4.792	3.663	-	-	49.783	41.052
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	297	-	-	-	246	147
Contrato de Mútuo								
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	-	-	-	126.750	-	-	9.918	13.281
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	185.717	-	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	15.516	7.706	-	-	61.514	26.608
Entidades sob o controle da CPFL Energia (**)	555	281	10.457	7.737	-	-	139.597	56.596
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	23	15	11.318	5.338	137	123	382.471	90.428
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	6.245	6.700	-	-	51.245	57.309
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	6	6	-	-	-	-	102.182	86.919
Outras operações financeiras								
State Grid Brazil Power Participações S.A. (***)	-	-	380.000	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	24.451	-	-	-	-	-
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	-	(50)	-	-	-
Outros								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	3.453	-	866	2.973

(*) O saldo do mútuo com remuneração de 107% a.a. do CDI, foi quitado em dezembro de 2022.

(**) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como Ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 18.378 no exercício (R\$ 84.811 em 2021), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(***) Em 21 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a emissão de debêntures no montante de R\$ 1.090.000 MM, com taxa efetiva anual de CDI + 1,20% pelo o prazo de quatro anos, sendo adquirida pela State Grid Brazil Power Participações S.A o montante de R\$ 380.000 MM.

(30) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos nomeados	133.000
Transporte	Transporte nacional	271.615
Responsabilidade civil	Geral e risco ambiental	50.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	379.521
Garantia	Seguro Garantia	1.644.789
	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
Total		2.628.925

Determinadas apólices para cobertura de ativo fixo e responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de riscos propostos;

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Energia para saná-los; e
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento; e
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, *Compliance* e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e

- Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos Gestores dos Negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2022 observou-se uma hidrologia favorável, o que possibilitou a recuperação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em todo país que haviam iniciado o ano com volumes reduzidos devido à condição adversa de 2021.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	464.913	464.913
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	615	615
Derivativos	32	(a)	Nível 2	168.644	168.644
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	8.010.390	8.010.390
Total				8.644.562	8.644.562
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	2.202.287	2.202.287
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.378.667	1.378.667
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.891.025	1.875.759
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	1.363.835	1.363.835
Derivativos	32	(a)	Nível 2	78.634	78.634
Total				6.914.447	6.899.182

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 130.440 em 2022 (um ganho de R\$ 138.289 em 2021).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções; fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, (ix) passivo financeiro setorial, e (x) mútuo entre coligadas, controladas e controladora.

Adicionalmente, não houve em 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)				Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional	
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	118.814	(35.884)	82.930	159.670	(76.740)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87%) ou (1,83% a 2,64%)	CDI + 0,8% a 1,26%	jan/23 a jun/26	1.268.777
	<u>118.814</u>	<u>(35.884)</u>	<u>82.930</u>	<u>159.670</u>	<u>(76.740)</u>				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	49.831	(42.751)	7.080	135.259	(128.179)	IPCA + 4,3% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CDI ou CDI + 0,6%	ago/24 a maio/31	1.392.600
	<u>49.831</u>	<u>(42.751)</u>	<u>7.080</u>	<u>135.259</u>	<u>(128.179)</u>				
Total	<u>168.644</u>	<u>(78.634)</u>	<u>90.010</u>	<u>294.929</u>	<u>(204.919)</u>				
Circulante	39.714	-							
Não circulante	128.930	(78.634)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2022
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	469.269	(296.260)	121.920	294.929
Marcação a mercado (*)	(100.446)	(104.473)	-	(204.919)
Total	368.823	(400.733)	121.920	90.010
Ativo circulante	103.613			39.714
Ativo não circulante	289.343			128.930
Passivo não circulante	(24.133)			(78.634)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2022 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida e debêntures para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2022 e 2021 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2022	2021	2022	2021
Variação de taxas de juros	(30.968)	69.712	-	-
Marcação a mercado	(62.368)	(103.507)	761	(1.723)
Variação cambial	(265.292)	99.104	-	-
Marcação a mercado	(43.078)	(58.595)	212	4.220
Total	(401.706)	6.713	973	2.498

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia classifica o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício em 2022 de R\$ 559.063 (R\$ 522.435 em 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 25.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(1.378.667)		(110.712)	261.633	633.978
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.402.465		112.623	(266.149)	(644.921)
Total	23.798	baixa dolar	1.911	(4.516)	(10.943)
Efeitos no resultado do exercício			1.911	(4.516)	(10.943)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2022 foi de R\$ 5,22 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,64 e a depreciação cambial de 8,03% em 31.12.2022.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	taxa no período	taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	460.444				64.140	80.175	96.210
Instrumentos financeiros passivos	(1.719.109)				(239.472)	(299.340)	(359.208)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.804.442)				(390.659)	(488.324)	(585.988)
	(4.063.108)	alta CDI	13,65%	13,93%	(565.991)	(707.489)	(848.986)
Instrumentos financeiros passivos	(3.758.017)				(247.653)	(185.740)	(123.827)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.491.987				98.322	73.741	49.161
Ativo financeiro da concessão	8.010.390				527.885	395.914	263.942
	5.744.361	baixa IPCA	5,79%	6,59%	378.554	283.915	189.276
Ativos e passivos financeiros setoriais	(124.499)				(17.343)	(21.678)	(26.014)
	(124.499)	alta SELIC	13,65%	13,93%	(17.343)	(21.678)	(26.014)
Total	1.556.753				(204.780)	(445.252)	(685.724)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					245	100	(45)
Efeitos no resultado do exercício					(205.025)	(445.352)	(685.679)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos

financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outro índice ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- (nota 32 b).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys Fitch, e em caso de mais de uma, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 32 b). A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2022	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	871.801	18.659	-	-	-	244.771	1.135.231
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	27.665	443.862	515.150	1.927.832	1.904.152	-	4.818.661
Derivativos	32	-	-	-	35.884	-	42.751	78.634
Debêntures - principal e encargos	17	-	148.695	247.760	830.258	1.790.166	1.515.069	4.531.948
Taxas regulamentares	19	9.292	-	-	-	-	-	9.292
Outros	22	11.028	248.924	13.710	-	-	84.754	358.416
Consumidores e concessionárias		11.028	208.588	575	-	-	84.754	304.946
EPE / FNDCT / PROCEL		-	2.097	13.135	-	-	-	15.232
Convênio de arrecadação		-	38.239	-	-	-	-	38.239
Total		919.787	860.140	776.620	2.793.974	3.694.318	1.887.345	10.932.183

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2022 um valor de R\$ 20.847 (R\$ 12.959 em 2021) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

Ainda em 2022, houve o aumento do capital social (nota 23) da Companhia no montante de R\$ 10.857 (R\$ 10.857 mesmo período de 2021), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2022.

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2022	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 5 anos	2.692.823	5.026.772	4.664.725	-	12.384.320
Compra de energia de Itaipu	Até 5 anos	640.398	1.305.109	1.308.628	-	3.254.135
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 5 anos	1.605.382	3.431.087	3.189.563	-	8.226.031
Projetos de construção de subestação	Até 1 ano	258.351	30.091	1.664	2.708	292.814
Fornecedores de materiais e serviços		731.858	544.149	43.183	908	1.320.098
Total		5.928.811	10.337.208	9.207.763	3.616	25.477.398

(35) EXPOSIÇÃO DECORRENTE DE PREÇOS ENTRE SUBMERCADOS - CCEE

A Companhia é parte ativa no processo nº 2002.34.00.026509-0, cujo pleito é a anulação dos efeitos do Despacho ANEEL nº 288, que determinou a obrigatoriedade da adesão ao mecanismo de alívio de exposição financeira para as operações realizadas no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). As transações efetuadas sem a adesão ao mecanismo de alívio de exposição de diferença de preços entre os submercados resultaram num ganho de R\$ 437.800 em 16 de maio de 2002, a ANEEL emitiu o Despacho nº 288, considerando ilegal a opção da Companhia durante o período anterior à aprovação do ato. A Companhia, mesmo não concordando com o Órgão Regulador e mantendo o questionamento judicial do Despacho nº 288, registrou em 31 de dezembro de 2002, por tratar-se de ativo contingente, provisão para perdas sobre esse crédito no mesmo montante de R\$ 437.800.

Durante o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, a Companhia efetuou transações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE, resultando no montante líquido a pagar de R\$ 244.771 (R\$ 217.800 em 31 de dezembro de 2021) (nota 13), cujo pagamento está suspenso por conta de decisão judicial obtida em Medida Cautelar n. 0043277-81.2012.4.01.0000/DF.

Com o ajuizamento do processo nº 2002.34.00.026509-0, a Companhia obteve liminar a fim de que os valores que o Despacho nº 288 lhe suprimiram, fossem imediatamente pagos. Em decorrência disso, a ANEEL e a CCEE executaram os atos necessários para tanto, determinando a um conjunto de empresas que depositasse os valores em favor da Companhia. Parte dessas empresas se insurgiu contra a decisão e, em 10 de novembro de 2008, a Companhia recebeu o valor de R\$ 27.783 de empresas que não obtiveram liminares. Em 18 de novembro de 2008 foi proferida decisão reconsiderando, em parte, a antecipação de tutela, para torná-la sem efeito no tocante à imposição à ANEEL da obrigação de contabilizar esses valores em favor da Companhia e, em função dessa decisão, a Companhia registrou um passivo no mesmo montante de R\$ 84.754 (R\$ 75.415 em 31 de dezembro de 2021 nota 22).

Em 29 de junho de 2012, foi publicada a sentença do processo nº 2002.34.00.026509-0, que julgou improcedentes os pedidos da Companhia. De acordo com a sentença, a adesão ao mecanismo de alívio de exposição deve ser entendida como mandatória – e não facultativa, conforme defendido pela Companhia – e o Despacho nº 288 considerado como legal.

Em 11 de julho de 2012, a Companhia interpôs recurso de apelação contra tal sentença que, em 27 de março de 2014, por maioria de votos (2x1), foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando a ilegalidade do Despacho nº 288. As partes requeridas no processo apresentaram recursos de embargos de declaração contra esta decisão. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada decisão negando provimento aos recursos e mantendo a decisão favorável à Companhia. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recursos de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão favorável obtida pela Companhia. Os recursos aguardam julgamento.

Além da existência da discussão judicial sobre a legalidade do Despacho nº 288, diversos agentes do mercado de energia elétrica ingressaram em juízo contra a Companhia objetivando a cobrança dos valores dos créditos oriundos da liquidação promovida pela CCEE sob os efeitos do Despacho nº 288, sendo que a única ação desta natureza que prosperou foi a ajuizada pela Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A., cuja liquidação ocorreu em 27 de setembro de 2016, encerrando desta forma a ação de cobrança no valor atualizado de R\$ 16.644, sendo de (i) principal R\$ 2.503, (ii) correção monetária e juros R\$ 12.603 e (iii) custas judiciais e honorários de R\$ 1.538.

(36) EVENTO SUBSEQUENTE

Evento subsequente – Decisão do STF sobre causas tributárias:

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice Presidente

FABRÍCIO MANGANELLI KLAFKE
Conselheiro

DIRETORIA

MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA
Diretor de Operações

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6 S-RS

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas
RGE Sul Distribuidora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RGE Sul Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RGE Sul Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 7)

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura. Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor, que em 31 de dezembro de 2022 somava R\$ 421.331 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofrem variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, os seguintes procedimentos:

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chaves relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades.

Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo, confrontando o volume de total de consumo de energia menos o volume faturado com o volume não faturado considerado como premissa para a estimativa da administração, e efetuamos teste de valorização com as tarifas por consumidor para volume alocado pela administração e confrontamos com os valores reconhecidos de receita.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida,

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 17 de março de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as

deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5



DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da **RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.** do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.** do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Leopoldo, 15 de março de 2023.

Marco Antonio Villela de Abreu
Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores